



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Contrato sobre os activos da concessão de telecomunicações renovado por mais dois anos. A liberalização do mercado nunca vai acontecer?**

O Governo já tinha afirmado, em 2013, que ia considerar a convergência das três redes de telecomunicações, e em 2019, realizou-se a consulta do sector sobre o Regime de Convergência de Redes e Serviços de Telecomunicações, que propunha a separação entre a licença de infra-estruturas, relacionada com a construção de redes e estações-base, e a licença de prestação de serviços de telecomunicações.

Em 2020, sobre a pergunta de por que razão é que ainda não tinha sido concluída a legislação sobre a Lei das telecomunicações e a emissão de licenças 5G, o Governo adiantou que era preciso clarificar a pertença dos activos da concessão, mas o processo legislativo e a referida emissão arrastaram-se, e no início de 2021, o Governo mudou de rumo repentinamente, e anunciou que, dado que a nova Lei das telecomunicações não estava concluída, a emissão das licenças 5G, que estava prevista para o terceiro trimestre do ano passado, ia seguir o mesmo modelo que as licenças 2G, 3G e 4G, isto é, o licenciamento independente.

Porém, de acordo com a página sobre os concursos públicos do *site* da Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (CTT), no final do ano passado, esta mudou de plano, e adjudicou à *Nanjing University of Posts and Telecommunications*, por ajuste directo, o serviço de consultadoria do “Plano de desenvolvimento e reforma das telecomunicações de Macau”, com o preço contratual de 1 272 900 patacas. De



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

acordo com a declaração dos CTT no início deste ano, o serviço de consultadoria inclui propostas sobre a emissão das licenças 5G e a elaboração do relatório de investigação sobre o desenvolvimento do mercado das telecomunicações de Macau. Prevê-se que as propostas sejam lançadas no primeiro trimestre, embora não haja ainda calendarização para a referida emissão, e o relatório de investigação vai formular recomendações para a gestão dos activos da concessão, no entanto, o Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2022 refere que a emissão das licenças 5G vai ser adiada para o primeiro semestre deste ano.

Na realidade, já em 2012, aquando da liberalização dos serviços de rede fixa, o Governo declarou que ia abrir os activos da concessão, para permitir aos operadores a sua utilização justa e um bom ambiente competitivo. Nos termos do contrato “5+5”, isto é, a Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, celebrado entre o Governo e a CTM em Novembro de 2009, a CTM gere, pelo Governo, os activos da concessão, deve submeter o inventário dos activos da concessão à aprovação do Governo até ao final de 2011, deve dispor de contabilidade separada para os activos da concessão, e não pode discriminar os outros operadores. Mais, o Governo tem competência para intervir nas matérias relacionadas com o acesso e as tarifas, no sentido de evitar abusos da posição de vantagem e comportamentos que impeçam a concorrência por parte do gestor dos activos da concessão.

Mesmo assim, os serviços de telecomunicações não só não cumpriram os deveres de fiscalização e de garantia da implementação efectiva do referido contrato, no sentido de abrir os activos da concessão para permitir aos operadores a sua



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

utilização justa, como também não aproveitaram a revisão intercalar de 2016, para remediar os problemas. Em resultado, os activos da concessão continuam na exclusividade da CTM, o que contraria o objecto e a intenção do contrato, e está na origem dos elevados e injustos custos de aluguer dos circuitos exclusivos, que impedem os residentes de ter serviços de telecomunicações a preços razoáveis, bem como dificultam o desenvolvimento saudável do respectivo sector e indústria.

Aliás, a sociedade já exigiu, aquando da revisão intercalar, no final de 2016, e em véspera do termo do contrato, em 2021, que o Governo divulgasse, quanto antes, o inventário e as contas dos activos da concessão, e explicasse se ia encarregar uma terceira entidade da respectiva gestão, no sentido de garantir a utilização justa dos recursos públicos. Porém, o Governo continua a fazer ouvidos de mercador!

Assim, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo prometeu publicamente que ia divulgar a proposta da emissão das licenças 5G no terceiro trimestre de 2021. Então, por que razão é que adjudicou, no final do ano passado, o serviço de consultadoria do “Plano de desenvolvimento e reforma das telecomunicações de Macau” à *Nanjing University of Posts and Telecommunications*, por ajuste directo? Por que razão é que a data da publicação do anúncio e a data limite para a entrega das propostas não estão anunciadas no *site* dos CTT, de acordo com a prática habitual? Qual é o conteúdo do serviço de consultadoria? Quando é que vai estar concluído? Vai ser divulgado o relatório de investigação?



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. Nas vésperas do termo do contrato, no ano passado, e sem ter sido dado qualquer esclarecimento público, o contrato com a CTM foi renovado por dois anos, através de aditamento, mas passa a permitir ao Governo que faça cessar o contrato no final do primeiro ano, mediante comunicação à CTM com a antecedência de 60 dias, não tendo esta última direito a qualquer compensação por tal facto. Então, durante a prorrogação do contrato, que medidas eficazes é que o Governo vai adoptar para concretizar a utilização justa dos activos da concessão? Quais são os imóveis arrendados pela CTM aos CTT e ao Governo, e quanto é a renda? O Governo promete divulgar, até ao final deste ano, uma solução para os activos da concessão? De que planos é que o Governo dispõe para garantir a utilização justa dos activos, em vez de se manter o seu uso exclusivo como nos últimos dez anos?

3. De acordo com o Relatório das Linhas de Acção Governativa para este ano, o Governo vai emitir as licenças 5G durante o primeiro semestre do presente ano. Uma vez que o uso dos serviços 5G depende da maior largura de banda da rede fixa, se o Governo não adoptar medidas para reduzir o aluguer dos circuitos exclusivos, e garantir a igualdade de oportunidades e de preços no uso dos activos da concessão, a grande diferença de custos vai originar monopólio. Então, até à concretização da locação dos activos a preços razoáveis para as operadoras, o Governo deve reduzir globalmente o aluguer dos circuitos exclusivos, para minimizar a diferença de custos. Vai fazê-lo?

21 de Janeiro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lam U Tou**